

## BALAIÃO DE SIRI NA MÍDIA

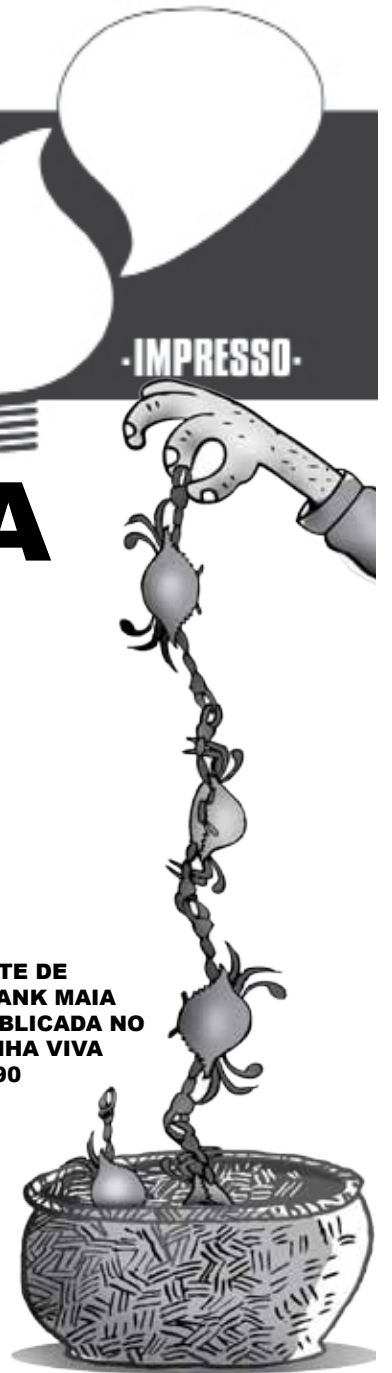
### "DOSSIÊ CELESC", VEICULADO PELA RIC RECORD FOI DENUNCIADO PELO LINHA VIVA HÁ MAIS DE 2 ANOS

Na última semana uma série de reportagens da emissora de televisão Ric Record novamente pôs a imagem da Celesc no rumo da corrupção. O "Dossiê Celesc" é o Balaio de Siris, denunciado pelos sindicatos que compõem a Intercel desde a edição 1089 do Linha Viva, de 28 de julho de 2011.

Naquela edição a equipe do Linha Viva anunciava: **"No último dia 20 de abril, a Intercel recebeu a denúncia de um direcionamento para serviços em caráter emergencial executados no sistema de telecomunicações e dados da Celesc"**. A denúncia apresentava o pagamento de 4 serviços à empresa LMA Telecomunicações, em dezembro de 2012 e uma série de problemas nas notas que atestavam estes pagamentos. Com a "pulga atrás da orelha", os sindicatos foram atrás de

informações da empresa e se depararam com várias irregularidades no cadastro da empresa: informações desconhecidas, atividade genérica, falta de profissional responsável habilitado, acervo técnico, corpo funcional treinado e habilitado perante ao CREA, e por aí vai. Flagrante era a situação irregular, mas mesmo assim os pagamentos foram autorizados. Conforme a matéria, "as quatro notas foram lançadas para pagamento no dia 30 de dezembro de 2010, por um funcionário que, habitualmente, não executa esse tipo de função. Em seguida foram estornadas e, em 48 horas, liberadas para pagamento, num montante único de R\$ 55.950,00". Os sindicatos imediatamente denunciaram ao Ministério Público e à DEIC, exigindo resposta da Celesc. Mas não parou por aí.

ARTE DE FRANK MAIA PUBLICADA NO LINHA VIVA 1090



L.M.A. TELECOMUNICAÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. - ME		CNPJ: 09.087.866/0001-56
Rua Almirante Lamago, 261 - Progresso		Inscr. Mun.: 540.777
88.796-000 - Laguna - Santa Catarina	Data de Emissão: 28/12/2010	
NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 000003		
Nome: <i>Celso Distribuição S.A.</i>		
End: <i>Av. Itamaraty, 1500 - Itaipava</i>		
Cidade: <i>Florianópolis</i> Estado: <i>SC</i> Cond. de Pagto: <i>à vista</i>		
CNPJ: <i>08.126.783/0001-90</i> Inscr. Est: <i>255.246.626</i> Fone: <i>5231.3000</i>		
Quant.	DISCRIMINAÇÃO/SERVIÇOS	Valor
01	<i>Execução de Serviços em RCB de Manutenção FOX 515 de Polímeros ABS em Aplicações de Fuga</i>	14.150,00
		14.150,00
Pedido: 45.000.8493		
Doc: 1000.14321		
OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL Conforme L.C. 123 de 14/12/2006		
<i>Pela pr. laymante, contra Assessoria 3000 da Brasil</i>		

NOTA DA LMA, PUBLICADA NO LINHA VIVA Nº 1089, DEU ORIGEM À INVESTIGAÇÃO DO BALAIÃO DE SIRI

### PUXA UM, VEM...

Na edição 1190 o Balaio de Siri começou a ficar maior. ALTA, denunciada na edição anterior era "apenas o primeiro siri do balaio. De acordo com a matéria da época, "o segundo, que veio pendurado, é a empresa Luciano de Oliveira Borges ME". O "modus operandi" era o mesmo: "no dia 28 de dezembro de 2010 foram lançados no Sistema SAP serviços chamados de "serviços gerais de remanejamento", nos valores de R\$12.110,00, R\$15.310,00 e R\$13.150,00. Assim como ocorreu com a primeira empresa, com mesma data e pelo mesmo funcionário, que habitualmente não realiza este tipo de serviço. Remanejamento de onde para onde? Sem detalhamento e, novamente, com notas sequenciais pagas num único montante de R\$ 47.597,43".

Na edição 1191 o Departamento de Suprimento (DPSU) apresentou um pedido de resposta sobre os problemas no cadastro das empresas e a equipe do Linha Viva manifestou a visão de que os procedimentos adotados pelos trabalhadores do departamento foram éticos, mas com a inexigibilidade de licitação para serviços emergenciais (modo como foram cadastrados todos os serviços pagos), o LV questionava: quem autorizou o pagamento das notas? No LV 1192 o Balaio aumenta: "Mais dois sirizinhos agarrados na mesma penca: são eles a QI Informática e a Jokas Comércio e Serviços. Mesmas características das anteriores, especializadas em diversas áreas, porém, para estas, temos um envolvimento de parentes de celesquianos na estrutura societária da empresa. E vamos além, no próprio departamento, ferindo o código de ética da empresa".

### DEMITE, NÃO DEMITE? QUEM SEGURA UM DOS ACUSADOS DO BALAIÃO?

As denúncias, veiculadas pelo Linha Viva há 2 anos, de que as empresas citadas acima eram contratadas sob a penumbra das obras emergenciais e recebiam pagamentos de serviços que não tiveram a execução comprovada durante os desastres no ano de 2010, agora ganharam a mídia. A reportagem da Ric Record afirma que houve "um desvio sistemático de dinheiro público da Celesc ocorrido, se não com a anuência, pelo menos com a omissão do alto escalão da empresa em 2010, no período de governo do PMDB". A reportagem ainda cita alguns dos envolvidos, entre eles o Engenheiro Antônio dos Santos que, antes da conclusão do inquérito administrativo, pediu demissão da Celesc. Agora, mais de dois anos do caso, com inquéritos concluídos, um dos acusados do balaio, com o pedido de demissão por justa

causa recomendado pela Comissão de Inquérito ao presidente, por conta de seu envolvimento no esquema, continua na empresa. Arthur da Rosa Santos, filho do engenheiro Antônio, segundo a reportagem da Ric Record, deveria ter sido demitido há muito tempo. Por que ele não foi demitido? Que força o faz permanecer na empresa? Parece que algo segura a caneta do presidente da Celesc. Seria uma garra de um dos muitos siris do balaio? Só para constar, Arthur da Rosa Santos foi eleito vereador em Pescaria Brava, município do sul do estado. O partido? PMDB... As notícias continuarão a ser publicadas. Os sindicatos da Intercel, que denunciaram todo o esquema, continuam na luta pela responsabilização daqueles que roubaram dos cofres da Celesc mais de R\$ 5,9 milhões.

**TRABALHADORES DA ELETROSUL APROVAM PROPOSTA E GREVE CHEGA AO FIM DEPOIS DE MAIS DE 20 DIAS**





## MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES GARANTE MAIS CONTRATAÇÕES PARA MELHOR ATENDIMENTO À SOCIEDADE

FLORIANÓPOLIS



TUBARÃO



JOINVILLE



### NOVAS CONTRATAÇÕES

Na última quinta-feira todas as atenções dos Celesquianos estiveram voltadas para a reunião do Conselho de Administração da empresa. Após o estado de greve e o indicativo de paralisação em todo o estado durante a reunião do Conselho, a empresa apressou-se em encaminhar uma proposta de novas contratações para avaliação dos trabalhadores. A intenção era desmobilizar os trabalhadores, uma vez que no mesmo dia haveria na sede da empresa, em Florianópolis, evento da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

A proposta da empresa contemplava a contratação de 116 novos trabalhadores, sendo que eletricitistas, técnicos e engenheiros eletricitistas seriam chamados do cadastro de reserva do último concurso e atendentes comerciais e engenheiros ambientais teriam um novo concurso público. Mesmo aquém das reais necessidades da empresa, a contratação destes novos trabalhadores é imprescindível em um momento onde o atendimento à sociedade catarinense começa a ficar prejudicado.

Entretanto, os trabalhadores, cansados da subserviência do governo do estado ao Conselho de Administração e de promessas que esbarravam em "problemas técnicos", esperavam pela homologação da proposta na reunião.

Na quinta-feira pela manhã, os sindicatos que compõem a Intercel, em todas as suas bases (exceto em Florianópolis, onde a assembleia foi realizada na quarta-feira, dia 07), abriram a paralisação e em regime de assembleia os trabalhadores deliberaram por encaminhamentos distintos: enquanto na ampla maioria dos locais os trabalhadores decidiram por manter a paralisação, protestando não só pela falta de pessoal, mas também pelo descaso com a população catarinense, em outros os celesquianos preferiram aguardar a homologação exercendo suas atividades.

Assim, os trabalhadores de todo o estado permaneceram em estado de greve, esperando pela garantia final de que a Celesc daria início a sua reestruturação, garantindo condições de trabalho e um atendimento de qualidade ao estado de Santa Catarina.

### NOVA VITÓRIA, MAS UM LONGO CAMINHO PELA FRENTE

A reunião foi tensa. A proposta não estava em pauta e foi incluída de última hora por conta da mobilização dos trabalhadores. É fato que apenas a união dos celesquianos em busca do fortalecimento da maior estatal de Santa Catarina conseguiu que o Conselho, com todos os seus interesses escusos, aprovasse a proposta de novas contratações. Vitória dos trabalhadores e da sociedade. Mas esse foi apenas o primeiro passo de um longo caminho. Ainda restam os "problemas operacionais" para serem resolvidos. É imperativo que a Ce-

lesc convoque os trabalhadores já aprovados no concurso público e os treine com celeridade, garantindo a mão de obra necessária para retornar a ser vista com bons olhos pela sociedade. Além da imagem da empresa, a convocação destes novos celesquianos resguarda a saúde e segurança dos trabalhadores que já integram os quadros da empresa, hoje em risco iminente de saúde e segurança pela sobrecarga.

Também é necessário que o processo de lançamento do novo concurso público seja feito

com celeridade, recompondo o atendimento presencial da Celesc, tão prejudicado pelo atendimento errôneo propagado por inúmeros diretores de que os atendentes comerciais não são necessários. Para os sindicatos da Intercel, recompor o atendimento comercial com trabalhadores próprios, capacitados e comprometidos com a empresa é mais uma forma de fortalecer o relacionamento com a população catarinense, verdadeira proprietária da Celesc. Demos o primeiro passo. Agora é seguir caminhando.

## UNIÃO DOS TRABALHADORES FOI A MAIOR CONQUISTA

Aprovada em assembleias realizadas no dia 08/08/2013 pela maioria absoluta dos trabalhadores de todas as empresas do Grupo Eletrobras, a proposta apresentada na terceira audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) dia 07/08/2013, pôs fim à greve nacional dos eletricitários. Somadas as paralisações e a greve por tempo indeterminado, o movimento dos trabalhadores foi um dos mais longos da história de lutas dos eletricitários em nível nacional. A judicialização do acordo coletivo e a necessidade de

mediação pelo TST demonstrou a total falta de habilidade do governo federal e de autonomia das direções das empresas para tratar do setor de energia e seus trabalhadores. Esqueceram-se do papel fundamental e estratégico deste setor para o país e para a garantia da qualidade na prestação deste serviço à sociedade. Felizmente a saída oferecida pelo TST possibilitou um desfecho satisfatório, uma vez que o acordo firmado contemplou as principais reivindicações dos trabalhadores. Veja a seguir, resumidamente, o teor do acordo:

- **Renovação de todas as cláusulas do acordo coletivo anterior com a manutenção das conquistas, direitos e benefícios.**

- **Retorno do pagamento da periculosidade nos moldes anteriores a dezembro de 2012.**

- **Reposição salarial pelo IPCA em maio de 2013, e reposição pelo IPCA em maio de 2014, também aplicados aos benefícios.**

- **Ganho real de 2,5% dividido em 3 parcelas cumulativas:**

0,8% em maio/2013  
0,7% em janeiro/2014  
1,0% em setembro/2014

- **Abono por perda de massa salarial de R\$ 3.000,00 pagos em tickets (alimentação e/ou refeição) em maio de 2013 e repetição do mesmo abono em maio de 2014 corrigido pelo IPCA do período.**

- **Os trabalhadores não sofrerão o desconto dos dias parados, com compensação de no máximo 5 dias e o restante dos dias serão abonados.**



Na sede da Eletrosul, em Florianópolis, trabalhadores aprovaram a proposta do Acordo Coletivo de Trabalho

O acordo nacional, bem como o específico terão validade de 2 anos, afastando por este período as ameaças de redução de benefícios como o congelamento do anuênio e outras reduções de direitos que estavam colocadas na proposta apresentada pelas empresas no início das negociações. O fechamento do acordo nas bases estabelecidas pelo TST impôs uma derrota nas pretensões de setores governamentais como o DEST que buscavam interferir no acordo coletivo de trabalho. O ofício nº 767/DEST-MP/ de 13/05/2013 foi denunciado pelas entidades sindicais antes mesmo do início das negociações, pois orientava as empresas do Grupo Eletrobras a promover a caça aos direitos dos trabalhadores, e a retirada de conquistas históricas da categoria. Os sindicatos que compõem a Intersul agradecem e parabenizam os trabalhadores da Eletrosul pela coragem, disposição, solidariedade e confiança na luta coletiva demonstradas em todo o processo de enfrentamento durante as negociações do acordo coletivo de trabalho. Mais do que o resultado final expresso nos termos do acordo, os trabalhadores cultivaram e acumularam valores que extrapolam questões pessoais e materiais, que serão fundamentais, pois novas batalhas nos esperam no futuro e só conquista quem luta!

### TRABALHADORES DENUNCIAM TERCEIRIZAÇÃO ILEGAL NA CELESC

Os sindicatos que compõem a Intercel receberam denúncia de que na Agência Regional de Joinville trabalhadores terceirizados estariam operando diretamente o sistema elétrico de distribuição. Os trabalhadores da Agência apresentaram provas documentais (Notas de Reclamação) de que os terceirizados estariam atuando no sistema energizado, nas cidades de Joinville e São Francisco do Sul, recebendo diretamente o serviço do despacho no COD. Além da clara terceirização da atividade-fim da empresa, considerada pelas entidades sindicais ilegal e alvo de Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho (MPT), a denúncia dos trabalhadores aponta para uma situação ainda mais grave: a inexistência de contrato específico para a realização destas atividades. Desta forma, além de terceirizar a atividade-fim da Celesc, a empresa estaria conduzindo ilegalmente os serviços, promovendo claro desvio no objeto do contrato ao qual os serviços estariam sendo contabilizados. Pondo tudo às claras, a suspeita levantada pelos trabalhadores é de que a Celesc estaria utilizando o contrato de manutenção (que não prevê serviços em rede energizada) para pagar os serviços na emergência. A denúncia levantou outra suspeita: a situação pode estar acontecendo pelo estado inteiro e, por isso, pedimos aos trabalhadores que tiverem conhecimento que denunciem ao sindicato de sua base. No início do ano a Diretoria Técnica informou que estaria contratando 22 equipes terceirizadas em caráter emergencial, com contrato específico e tempo pré-determinado. As equipes estão espalhadas pelas Agências Regionais, mas o contrato nunca se viu. Os sindicatos que compõem a Intercel estarão investigando junto às suas bases a denúncia. Em Joinville, os sindicatos já encaminharam correspondência à chefia Regional para que no prazo de 15 dias esta se manifeste sobre as denúncias, apresentando o contrato específico e a cópia das medições realizadas para pagamento das empreiteiras. Além disso os sindicatos relembraram à Celesc que o assunto foi tema de debates com o MPT, na Ação Civil Pública de Saúde e Segurança, onde o Procurador do Trabalho, Sandro Sardá, orientou a empresa a recompor o quadro de pessoal através de concurso público e eliminar a terceirização, como parte do acordo que amenizou a multa imposta à empresa.

### CRIADO GT PARA DEBATER PLR 2014

A diretoria Colegiada da Celesc instituiu um Grupo de Trabalho para debater uma nova metodologia para a apuração e pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2014. Os sindicatos que compõem a Intercel serão representados pelos dirigentes sindicais Leandro Nunes da Silva e Fátima Kafer, além do assessor econômico das entidades sindicais. Visando à inclusão dos trabalhadores no debate, os sindicatos solicitam aos trabalhadores que tenham críticas ao atual modelo e sugestões para o debate que encaminhem suas considerações para o email: [sindsc@terra.com.br](mailto:sindsc@terra.com.br), com o título "Proposta PLR 2014".

**CUTUCADAS**  
Celesc

CELESC NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

A Celesc tem diversos imóveis no estado. É comum em cidades do interior o escritório da Celesc funcionar em um imóvel residencial. Também é comum que a Celesc alugue o imóvel para um trabalhador. Existe até normativa para isso. A iniciativa é muito boa, principalmente para funcionários novos, que mudam sua residência ao serem chamados no concurso. Na cidade de Corupá, no entanto, um trabalhador transformou o benefício em uma imobiliária particular. Segundo denúncia dos trabalhadores da regional de Jaraguá este empregado teria uma residência própria na cidade, e fazendo uso da casa da Celesc, a preços bem mais generosos, botou a venda a sua casa. Todo mundo sabe da situação e a chefia regional foi avisada, mas parece que na Regional de Jaraguá do Sul, a chefia não se importa muito com a ética. Seria esse mais um caso para o Comitê de Ética? Seria, mas sabemos que não vai dar em nada...

**Intercel**  
Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC  
Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Arthur de Brito  
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | Fone (047) 3028-2161 | E-mail: [sindsc@terra.com.br](mailto:sindsc@terra.com.br)

[www.sindimorte.org](http://www.sindimorte.org)  
[www.sinergia.org.br](http://www.sinergia.org.br)  
[www.sintevi.com.br](http://www.sintevi.com.br)  
[www.sintresc.com.br](http://www.sintresc.com.br)  
[www.intersul.org](http://www.intersul.org)

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



# As dificuldades devem servir para fortalecer os ideais

Por Daniel Passos\*



Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães palestrou em evento do Dieese, realizado em Florianópolis

"Quem pode falar das condições de trabalho são os próprios trabalhadores e (...) já há condições de se pensar em um sistema de comunicação dos trabalhadores no Brasil capaz de ser porta voz dos interesses da maioria da população que é a que constrói cotidianamente o país."

O Brasil é um país continental com uma diversidade cultural dificilmente encontrada em nenhum outro lugar. Apesar disso, na maioria das vezes assiste-se a poucos gêneros porque as outras expressões são restringidas quase sempre por um sistema monopolizado de comunicação. Nas opiniões não é diferente. Há uma restrição enorme das posições que divergem daquela considerada "predominante" pelos meios de comunicação.

Por isso é quase impossível colocar em contradição ao grande público a opinião dominante sobre todos os assuntos nacionais, pois são poucas as vezes em que se consegue espaço para a divulgação do contraditório. Nos anos noventa havia no Brasil o predomínio de uma visão neocolonial de que o Brasil deveria se tornar um apêndice da economia norte americana com a adesão ao tratado que criava a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ao mesmo tempo, havia uma resistência grande de vários movimentos contra essa situação, em razão do risco da perda de autonomia política e produtiva do país. A preocupação não era desmedida tendo em vista que a maior parte do patrimônio público já havia sido vendida sob a promessa de melhorias na vida das pessoas que nunca chegava.

Assim, naquela década, foi com espanto e enorme satisfação que o surgimento público da posição do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, contrário a ALCA, reforçou e deu ânimo aos que lutavam não apenas contra essa possibilidade mas também contra a invisibilidade da sua resistência. Finalmente a partir de 2003 a ALCA foi enterrada. Depois disso, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães ocupou vários cargos no Ministério das Relações Exteriores e em outros ministérios e secretarias do governo.

No dia 08 de agosto Guimarães esteve em Florianópolis para participar de várias atividades entre elas uma conferência para dirigentes sindicais, de movimentos sociais e estudantes, organizado pelo Escritório Regional do DIEESE. A principal lição da sua palestra foi mostrar que os ideais não envelhecem com o tempo, ao contrário, devem ser constantemente alimentadas para dar força aos que lutam pela transformação da sociedade em algo melhor para todos.

O embaixador tratou dos desafios externos e internos para construção de um Brasil para os brasileiros, tendo como referência o seu último livro "Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes" (editora Contraponto). Contextualizou a crise mundial desde 2008 e questionou porque é fraca a reação dos países. Para ele a resposta está na distribuição da produção atualmente no mundo.

O espaço produtivo deixou de ser nacional e a presença da China é elucidativo nesse contexto já que se constituiu como a maior nação importadora de bens primários e exportadora de manufaturas. A ausência de controle sobre a produção reduz a força de orientação dos estados nacionais e por isso, ao invés de se adotar medidas de regulação da produção de bens e serviços como os financeiros, restou a adoção de medidas de austeridade contra a sociedade para tentar sustentar um modelo de produção que pouco responde as necessidades da maioria da população.

Não tem sido diferente a situação do Brasil. Para o embaixador é enorme a entrada de empresas estrangeiras no país, na maior parte beneficiadas por medidas de incentivos. Na prática essa situação tem aprofundado o déficit das contas externas do Brasil recriando a dependência de capitais externos e a necessidade cada vez maior

de elevação dos juros. Por isso que a possibilidade de retomada de taxas elevadas de crescimento sustentáveis são cada vez mais difíceis. A definição das regras de funcionamento da economia está na política. Para Guimarães, é na política que as regras devem ser construídas, portanto sem a ocupação desses espaços por agentes que tenham como preocupação o fortalecimento produtivo do Brasil como uma nação forte e independente se reduz a possibilidade de mudanças. Nesse ponto o embaixador não deixa dúvida sobre a sua posição política: o governo, depois de desonerar tanto o capital nos últimos tempos sem nenhum resultado prático, precisa reorientar a sua ação e passar a desonerar o trabalhador. É preciso

melhorar as condições de trabalho e dos trabalhadores pois será isso que permitirá que o país dê um salto de qualidade na forma de inserção produtiva no mundo que será determinada pela esfera da tecnologia e não pela redução do salário do trabalhador.

Na palestra Guimarães não deixou de falar das dificuldades de construção de uma visão alternativa àquela que assistimos todo o dia na televisão. Nesse aspecto ele defendeu que quem pode falar das condições de trabalho são os próprios trabalhadores e avaliou que já há condições de se pensar em um sistema de comunicação dos trabalhadores no Brasil capaz de ser porta voz dos interesses da maioria da população que é a que constrói cotidianamente o país.

A experiência política do palestrante contagiou os presentes na conferência e demonstrou que os ideais não devem ser abandonados pela simples dificuldade de serem alcançados. Na prática as dificuldades é que devem fortalecer os ideais pois apenas revelam a importância da busca de alternativas que coloquem como protagonistas aqueles que constroem a riqueza da nação.

"É preciso melhorar as condições de trabalho e dos trabalhadores pois será isso que permitirá que o país dê um salto de qualidade na forma de inserção produtiva no mundo que será determinada pela esfera da tecnologia e não pela redução do salário do trabalhador"

